

Administração e Contabilidade: Amálgama para o Sucesso



 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

**Administração e Contabilidade:
Amálgama para o Sucesso**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A238 Administração e contabilidade: amálgama para o sucesso [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
7.556 kbytes

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-02-4

DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Administração. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD 657

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	
<i>Carlos Augusto da Silva Neto</i>	
<i>Flavia Gregório Lindgren</i>	
<i>Andréa Paula Osório Duque</i>	
<i>Guilherme Portugal</i>	
CAPÍTULO 2	18
A PARTICIPAÇÃO DO CONTADOR EM PROCESSO DE FALÊNCIAS E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS NA VISÃO DOS MAGISTRADOS: ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E PERÍCIA CONTÁBIL	
<i>Wagner Ferreira da Silva</i>	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i>	
CAPÍTULO 3	38
A RELAÇÃO MATRIZ-SUBSIDIÁRIAS E A TEORIA DAS MULTINACIONAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	
<i>Paula Porto de Pontes Valentim</i>	
<i>Vinícius Mothé Maia</i>	
<i>Fábio de Oliveira Paula</i>	
CAPÍTULO 4	58
A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS OFICIAIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2016	
<i>Jailza Mendes Da Costa</i>	
<i>Kliver Lamarthine Alves Confessor</i>	
<i>Fernando José Vieira Torres</i>	
<i>Audrey Regina Leite Esperidião Torres</i>	
<i>Joséte Florencio Dos Santos</i>	
CAPÍTULO 5	79
AFOLS – ADULTS FANS OF LEGO: INVESTIGANDO AS RAZÕES PARA O CONSUMO DE LEGO EM IDADE ADULTA	
<i>Thiago Mello Affonso de Andrade</i>	
<i>Renata Céli Moreira da Silva Paula</i>	
CAPÍTULO 6	97
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE SHOPPING CENTERS: UM ESTUDO DE CASO DA ALIANSCE SHOPPING CENTERS S/A EM RELAÇÃO À BRMALLS PARTICIPAÇÕES S/A NOS ANOS 2013 A 2015	
<i>Alexia Mafalda Ramos Martins</i>	
<i>Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto</i>	
<i>Alexandra da Silva Vieira</i>	
<i>Márcia Maria Silva de Lima</i>	
CAPÍTULO 7	118
APLICAÇÃO DO PROCESSO DE RACIOCÍNIO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES NA ÁREA DA PESQUISA CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Jonathas Coelho Queiroz da Silva</i>	
CAPÍTULO 8	140
“EU VIM PARA SERVIR” (MC 10,45): UM ESTUDO SOBRE LIDERANÇA SERVIDORA EM UMA “NOVA COMUNIDADE”	
<i>Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias</i>	
<i>Luiz Sebastião dos Santos Júnior</i>	
<i>Marcela Rebecca Pereira</i>	

CAPÍTULO 9 154

GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTUDO DA TRANSPARÊNCIA DE UMA PREFEITURA À LUZ DAS EXPECTATIVAS DOS SEUS PÚBLICOS DE INTERESSE

Larissa Brutes
Deigla Kreuzberg
Rosane Maria Seibert
Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CAPÍTULO 10 173

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Ana Cristina de Oliveira Lott

CAPÍTULO 11 185

ÍNDICE DE DISCLOSURE DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL COM BASE NAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA SIMILARIDADE DOS ENTES PÚBLICOS

Mariana Camilla Coelho Silva Castro
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
Jorge Eduardo Scarpin
José Roberto de Souza Francisco

CAPÍTULO 12 202

MARKETING BOCA A BOCA EM MÍDIAS SOCIAIS: EFEITO DAS INTERAÇÕES OCORRIDAS NO FACEBOOK SOBRE O DESEMPENHO DAS RECEITAS DE VENDAS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Ilka Gislayne de Melo Souza
César Augusto Tibúrcio Silva

CAPÍTULO 13 222

MECHANISMS OF CORPORATE GOVERNANCE AND PERFORMANCE: ANALYSIS OF PUBLIC COMPANIES LISTED IN BM&FBOVESPA

Josimar Pires da Silva
Mariana Pereira Bonfim
Rafael Martins Noriller
Carlos Vicente Berner

CAPÍTULO 14 237

MÉTODOS E TÉCNICAS QUANTITATIVAS EM CONTABILIDADE E FINANÇAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO SOFTWARE R

Sabrina Amélia de Lima e Silva
Naiara Leite dos Santos Sant' Ana
João Paulo Calemba Batista Menezes
Jéssica Santos de Paula
Caio Peixoto Chain

CAPÍTULO 15 253

QUALIDADE DOS SERVIÇOS: UM ESTUDO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Evellyn Danielly Zabotti
Silvana Anita Walter

CAPÍTULO 16 274

REFLEXOS DA EDUCAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES NO BRASIL

Lucas Pereira Silveira
Roberto Miranda Pimentel Fully
Aucione Aparecida Barros Guimarães

CAPÍTULO 17 291

RELAÇÃO ENTRE CAPITAL DE GIRO E RENTABILIDADE: EVIDÊNCIAS NO SETOR DE COMÉRCIO NO BRASIL

Veronica Silva Ricardo

Rodrigo Dilen Louzada

SOBRE OS AUTORES..... 306

A COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

Carlos Augusto da Silva Neto

PPGCC/UERJ

Rio de Janeiro -RJ

Flavia Gregório Lindgren

PPGCC/UERJ

Rio de Janeiro -RJ

Andréa Paula Osório Duque

PPGCC/UERJ

Rio de Janeiro -RJ

Guilherme Portugal

PPGCC/UERJ

Rio de Janeiro -RJ

Resumo: O estudo da comunicação empresarial, no combate às fraudes financeiras no mercado brasileiro, ganha um fórum de inegável prestígio como inibidor de desvios éticos profissionais. Este estudo objetiva investigar de que modo a comunicação empresarial permite e auxilia o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a identificar indícios ou suspeitas da prática da lavagem de dinheiro e tem como finalidade auxiliar os órgãos de controle no seu efetivo combate. A metodologia utilizada foi o estudo de caso descritivo sobre os Relatórios de Inteligência Financeira (RIF). Os resultados demonstram a importância da comunicação empresarial para o combate da fraude de lavagem de dinheiro. A análise dos dados evidencia um aumento da comunicação empresarial e, conseqüentemente, o

aumento de ações das polícias e ministério público no combate ao ilícito da lavagem de dinheiro. No estado de São Paulo, o aumento foi de 117,83% e no Rio de Janeiro foi de 95% o período de 2011 a 2014. Pode-se concluir, de acordo com os dados, que existem algumas possibilidades: ocorrência de melhoria da comunicação empresarial dentro do período analisado; aumento de transações financeiras ultrapassando os limites e ingressando na criminalidade ou até mesmo o crescimento dos controles sobre as transações suspeitas.

Palavras-Chave:: Fraudes Financeiras, Corrupção, Comunicação.

1 | INTRODUÇÃO

A corrupção financeira, problema que afeta a ordem econômica em todo mundo, vem exigindo uma postura combativa, em várias linhas de frente partindo, de imediato, da necessidade de se adotar medidas capazes de prevenir e eliminar a prática da Lavagem de Dinheiro, etapa obrigatória para a legalização de qualquer montante financeiro. Trata-se de um crime que visa incorporar à economia, de caráter permanente ou transitório, ativos que foram obtidos de forma fraudulenta, ou seja, com a intenção de “mascarar” ativos ilícitos para que tenham uma origem aparentemente lícita.

A criminalidade se beneficia dessa manobra e um elevado montante é gerado e controlado

pelo crime organizado. Sendo assim, o fato se torna uma atividade danosa que prejudica a sociedade, tornando-se, também, uma ameaça global, já que fraudes e ilícitos com dinheiro público são apátridas.

Outras atividades como o narcotráfico - tão ilícito quanto os fraudulentos desvios de dinheiro público - vem sendo alvo de operações de combate na apreensão das drogas; vigilância de fronteiras; punição severa para os traficantes, mas com maior complacência para os usuários. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC (1989), o enriquecimento ilícito dos cartéis de drogas suscitou, em 1988, na Convenção de Viena, ações de combate ao narcotráfico através da supressão da capacidade de pagamento dos recursos financeiros e de suas utilizações, tornando crime sua ocultação. No Brasil, a convenção foi ratificada, em 1991, através do Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991.

Progredindo no avanço ao combate a atividades danosas, em 1998, foi promulgada a lei 9613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro e a criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF (BRASIL, 1998). O artigo 15, da referida lei, dispõe: “O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito” (Brasil, 1998).

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme o artigo 127, caput da Constituição Federal (CF), é a instituição que tem por incumbência a defesa da ordem jurídica (Brasil, 1988). Sendo assim, ele é uma das autoridades competentes para tratar tal questão.

Segundo Chiavenato (2005, p. 141), “Comunicação é o processo de transmissão de informação e de compreensão de uma pessoa para outra. Se não houver compreensão do significado não há comunicação. Se uma pessoa transmite uma mensagem e esta não é devidamente compreendida pela outra pessoa, não ocorre a comunicação”. Adicionalmente para Bueno (2005, p. 14), a comunicação empresarial está incorporada nas “estratégias empresariais e teria papel fundamental, tanto na busca de eficácia na interação com os públicos de interesse (stakeholders) como no desenvolvimento de planos e ações que imprimam vantagem competitiva às organizações”.

Nesse âmbito, surge a questão de pesquisa: Como a comunicação empresarial pode colaborar no combate à lavagem de dinheiro?

O objetivo desse artigo é investigar de que modo a comunicação empresarial permite e auxilia o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a identificar indícios ou suspeitas do processo da prática da lavagem de dinheiro, tendo como finalidade auxiliar os órgãos de controle no seu efetivo combate.

A importância desse estudo se apoia na descrição de cada etapa do processo de comunicação empresarial realizada, dando destaque ao comprometimento no combate às fraudes financeiras. Atuando contra a lavagem de dinheiro, atua-se, também, contra os crimes que antecedem a referida prática delitiva, como práticas de corrupção; terrorismo; tráfico de drogas, entre outros ilícitos prejudiciais ao sistema financeiro-econômico e social,

em âmbito globalizado.

O presente estudo está dividido em seções, com vistas a esclarecer os caminhos da comunicação empresarial. Neste cenário, ressalta-se a contribuição no combate da prática da lavagem de dinheiro, sendo, inicialmente, apresentada a literatura sobre o tema. A seguir, destaca-se a metodologia utilizada para colimar os objetivos propostos e, posteriormente, estudos de alguns casos práticos de comunicação empresarial no combate à lavagem de dinheiro. Encerrando o estudo, as conclusões daí decorrentes.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa está amparada em dois eixos teóricos relativos aos temas: lavagem de dinheiro e comunicação empresarial, abordados, a seguir, visando fundamentar o estudo em pauta.

2.1 Contextualizando Lavagem de Dinheiro

“Lavagem de dinheiro” é o termo utilizado para operações nas quais os bens ou valores têm origem de atividades ilícitas, sendo transformados em recursos com aparência lícitas.

A palavra “lavagem”, de acordo com o dicionário Aurélio (Ferreira, 1999), é um substantivo feminino que corresponde ao “ato ou efeito de lavar”. O termo “lavar” vem do latim *lavare*, e significa “tornar puro; purificar; mundificar; expurgar”. A palavra “dinheiro” é um substantivo masculino que significa “moeda”, “qualquer soma, definida ou indefinida, de dinheiro”, soma ou quantia.

Sendo assim, a expressão “lavagem de dinheiro” é um binômio que se caracteriza conforme COAF (2012):

um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita e que se desenvolvem por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente.

Segundo Mink (2005), apesar de haver inúmeras definições e variações de nomenclatura sobre a expressão “Lavagem de dinheiro”, elas se referem ao propósito de mascarar recursos, de forma ilícita, para que, em algum momento, sejam reintroduzidos no sistema financeiro de forma que simule uma origem lícita.

De acordo com Pinto (2007, p. 4), lavagem de dinheiro “é um processo onde há fundos gerados decorrente de atividades ilegais como tráfico de drogas; corrupção; comércio de armas; prostituição; crimes de colarinho branco; terrorismo; extorsão; fraude fiscal entre outros, que é encoberto”. Segundo a UNODOC (2015), tal prática corresponde até 5% do valor do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, segundo o Fundo Monetário Internacional.

O combate à lavagem de dinheiro é considerado a forma mais eficiente de se atingir a macrocriminalidade e o crime organizado. Entretanto, a tarefa dos agentes públicos

responsáveis pelo combate e prevenção desta atividade ilícita está se tornando cada dia mais difícil devido a avanços tecnológicos, globalização dos mercados, escassez de recursos financeiros e a criminalidade transacional, ou seja, criminosos do colarinho branco que atuam em diversas divisas e se aproveitam de falta de legislações ou controle entre países.

Castellar (2004, p. 210) informa que, em 1920, as máfias americanas injetavam o dinheiro sujo em lava-rápidos e lavanderias, fato que deu origem à expressão “Lavagem de Dinheiro” (Money Laundering), nos Estados Unidos. Segundo De Carli (2008, p.79), o primeiro país a criminalizar a lavagem de dinheiro foi a Itália, em 1978, como resposta às Brigadas Vermelhas. Foi introduzido, ao código penal italiano, o artigo 648 bis, que incriminou a substituição de dinheiro ou valores provenientes de roubo qualificado; extorsão qualificada ou extorsão mediante sequestro por outros valores ou dinheiro. Com o aumento da preocupação dos países que conviviam com este tipo de crime, foram tomadas medidas como a criação de organizações que coordenem e aperfeiçoem sistemas que combatam a criminalidade financeira. Para coibir a atividade ilícita, governos e órgãos internacionais começaram a adotar medidas eficazes visando inibir esse tipo de crime, firmando diversos acordos internacionais, principalmente, após a Convenção de Viena, no âmbito das Nações Unidas, em 1988.

Devida a sua repercussão mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1988, providenciou o primeiro tratado global de combate à lavagem de dinheiro: a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, conhecida como Convenção de Viena. A partir dela, foram criados outros tratados internacionais com o mesmo intuito de acabar com o crime da lavagem de dinheiro.

No Brasil, o crime da lavagem de dinheiro foi regulamentado pela Lei 9.613, de 1988, e alterada pela Lei 12.683 de 2012, introduzindo a prática do combate, coibição e condenação desse crime de lesa pátria.

Os Estados Unidos da América foram os primeiros a tomar uma iniciativa em relação a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, nos anos 1970, com a implantação da Lei do Sigilo Bancário (BSA). Esta lei dispõe que o governo federal seja informado, por bancos e outras instituições financeiras, de todas as transações acima de 10.000 dólares.

Em relação a essa questão, foi criado pelo G-7 Summit, realizado em Paris, em 1989, a Força Tarefa de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (GAFI), que tem como principal objetivo o combate a tal atividade. Segundo o site do FATF/GAFI, “o Grupo é atualmente composto por 36 membros (34 jurisdições membros e 2 organizações regionais), que representam a maioria dos principais centros financeiros de todas as partes do globo”. O Brasil passou a integrar o GAFI/FATF em 1999, como observador, tornando-se membro efetivo em 2000.

Além disso, o Brasil promulgou a lei 9613/98, que “regula os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos, que também criar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF”.

Barros (2004) cita que para o dinheiro obtido ilegalmente seja introduzido no sistema financeiro do país, são necessárias etapas que possam maquiar os ativos fazendo com

que eles possam voltar a fazer parte da economia, sem que seja possível identificar a atividade criminosa que os produziu. O método criminal mais utilizado, mundialmente, é conhecido como “modelo de três etapas”. A primeira delas é a “colocação”, que é a injeção dos recursos ilícitos no sistema financeiro. Em seguida, começam os processos de “encobrimento” ou disfarce da fonte do dinheiro, criando diversas transações financeiras eliminando rastros de sua origem, transformando-o em um ativo “limpo”. Por fim, ocorre a última fase que é a “integração”, quando o dinheiro é integrado ao sistema econômico e financeiro.

Estas etapas integram o sistema criminoso dos praticantes fraudadores e envolvem uma série de técnicas espúrias para obtenção de êxito nas tramoias. Êxito esse que pode demorar a ser desconstruído quer por auditoria ou delação premiada, quer por quebra de sigilo bancário e fiscal, e outras denúncias públicas.

Complementando, o resultado eficiente da ação do Estado vem requerendo elevados graus de cooperação e interação. Consoante com essa perspectiva, as principais autoridades responsáveis pelo combate à lavagem de dinheiro, do Governo, do Judiciário e do Ministério Público, reuniram-se em 2003, para desenvolver uma estratégia conjunta de combate à lavagem de dinheiro, sendo criada a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), para contribuição do combate à lavagem de dinheiro no País.

2.2 Conceituando Comunicação Empresarial

Para Mansilha (2012, p. 81): “A comunicação sempre foi praticada entre os homens, mas só mais recentemente, em meados do século XX, passou a ser estudada como elemento essencial na vida das pessoas e como campo acadêmico distinto”

A comunicação empresarial é ainda muito mais recente se considerado o enfoque acadêmico. Dentro deste contexto, Tomasi e Medeiros (2010, p. 34) analisam a evolução da comunicação organizacional:

Até os anos de 1970, a comunicação foi tratada do ponto de vista da comunicação de negócios, com ênfase na habilidade dos interlocutores e na qualidade das mensagens escritas e orais. Os anos de 1980 ampliaram esses horizontes, e os estudos de comunicação passaram a ocupar-se da perspectiva estratégica. Comunicações organizacionais, portanto. Essa ampliação da disciplina é resultado da percepção das imbricações entre discurso, comportamento e simbolismo organizacional.

Ainda considerando o conceito acadêmico da comunicação empresarial, ela deve ser entendida como uma ferramenta de gestão estratégica (KUNSCH, 2003). Para Bueno (2005, p. 14): “A comunicação empresarial estaria incluída nas estratégias empresariais e teria papel fundamental, tanto na busca de eficácia na interação com os públicos de interesse como no desenvolvimento de planos e ações que imprimam vantagem competitiva às organizações”. Nesse sentido, Bueno (2003, p. 7) considera “a comunicação empresarial como um processo integrado que orienta o relacionamento da empresa ou entidade com todos os seus públicos de interesse”. Tomasi e Medeiro (2010) destacam como público de

interesse: empregados, entidades, instituições privadas ou governamentais.

Para Cardoso (2006), a comunicação empresarial é “um processo estratégico para a ação em uma realidade plural, dinâmica e complexa, que visa a provocação de comportamentos inovadores, criativos e dinâmicos do ponto de vista estratégico”.

A comunicação organizacional deve estar alinhada com os objetivos e valores culturais da empresa buscando a melhor mensagem e o melhor meio de contato com o público interno e externo. Para que haja o combate à lavagem de dinheiro é necessário que haja embasamento em informações que caracterizem e comprovem essa questão. A comunicação empresarial é uma das formas para o combate à lavagem de dinheiro, devido ao fato de muitas transações estarem relacionadas com atividades empresariais, com abundantes informações econômicas e financeiras.

A Figura 1 retrata o processo interno do tratamento dos dados recebidos pelas comunicações de origem suspeita dentro do COAF.



Figura 1 Tratamento das comunicações pelo COAF

Fonte: COAF, 2015.

Inicialmente, as comunicações suspeitas são recebidas e analisadas pelo Sistema de Informações do COAF (SISCOAF), de forma individualizada. Dentro desse sistema é analisado o grau de risco das operações atípicas e os dados que possuem maior prioridade (prioridades a serem definidas pelo órgão de controle). Após as análises é emitido um relatório que será enviado para os órgãos externos. Os resultados são registrados em Relatórios de Inteligência Financeira (RIF). Quando constatados indícios de crime de lavagem de dinheiro ou de qualquer outro ilícito, os RIF são encaminhados às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, na forma prevista no art.15 da Lei nº 9.613, de 1998.

A Figura 2 ilustra a cadeia do fluxo da comunicação e suas devidas nomenclaturas.

Órgão central especializado em receber, analisar e disseminar informações suspeitas da prática do crime



Figura 2 – Fluxo da Comunicação

Fonte: COAF, 2015.

Inicialmente, os setores econômicos emitem um comunicado sobre as operações suspeitas (COS) para o COAF (UIF do Brasil). As comunicações são tratadas, filtradas e ligeiramente analisadas. Se houver a possibilidade de fraude, o COAF emite um relatório denominado Relatório de Inteligência Financeira (RIF) que será repassado para os Ministérios Públicos e Polícias para averiguarem e investigarem possíveis fraudes.

Dentro deste contexto, Pimentel Neto (2013, p. 10) analisam o papel do COAF:

Os documentos processados pelo COAF são, basicamente, de natureza jurídico-financeira (leis, resoluções, portarias), Pedidos de Informação (PIs) e Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) etc. Todos esses documentos são geralmente relativos a bolsa de valores, loterias, mercado imobiliário, indústria de metal e pedras preciosas, factoring (fomento mercantil), instituições financeiras ou ao sistema financeiro como um todo. Contudo, em razão da sua natureza, o principal objetivo da entidade é, como dizem os analistas de inteligência do COAF, “produzir inteligência”

Sendo assim, o COAF busca, através de intercâmbios, transmitir informações úteis para o adequado tratamento de adoção de medidas próprias para cada questão cravada com o selo de supostas ações fraudulentas.

Observa-se que para levantar dados que subsidiarão a presente proposta de estudo será utilizado o Relatório de Inteligência Financeira (RIF), ferramenta da comunicação empresarial, para evidenciar se realmente há uma licitude ou se há algum indício de lavagem de dinheiro.

3 | METODOLOGIA

O método utilizado é o estudo de caso. Trata-se de uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes. Optou-se por escolher, dentre as modalidades de estratégias qualitativas, o estudo de caso para a realização da pesquisa (YIN, 1994, p. 13).

O presente estudo descreve casos de comunicação empresarial no combate à lavagem de dinheiro ocorrido nos últimos anos (2012 a 2014), que estão sendo analisados pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência/ Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro (CSI/DLAB), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Os motivos que nos levaram a seleção foram baseados no critério de acessibilidade e autorização, tendo em vista o caráter sigiloso do objeto em análise, isto é, nomeação de casos suspeitos de lavagem de dinheiro.

Os dados foram solicitados à Diretoria da Divisão Laboratório de Combate à Lavagem de dinheiro e Corrupção, sendo autorizados para o devido estudo. Portanto, a partir da coleta de dados da CSI/DLAB (2015), foi realizado um estudo descritivo sobre os procedimentos realizados visando combater a prática da lavagem de dinheiro explicando de forma prática como esse fenômeno ocorre.

Esse estudo limita-se a descrever, de forma clara e objetiva, como a comunicação empresarial pode auxiliar o combate à fraude da lavagem de dinheiro, sabendo-se que pode haver outras formas, tais como análise de denúncias; análise dos dados bancários; documentação contábil fiscal, bursátil (relativo a bolsa de valores), telemáticos, sejam elas através de quebra de sigilo ou não, entre outras possíveis técnicas. Esse estudo também não tem a intenção de eliminar um problema tão complexo como a lavagem de dinheiro, mas visa evidenciar o processo para que estudos posteriores avancem, de maneira mais ofensiva, no combate de uma prática tão danosa.

4 | ANÁLISE DE DADOS

Visando retratar como ocorre o processo de comunicação no combate da lavagem de dinheiro, este estudo irá demonstrar o processo de coleta de dados na unidade de inteligência financeira do país e no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2014.

Inicialmente, a Comunicação de Operação Suspeita (COS) é remetida por diversos setores da economia para a unidade de inteligência financeira, que no caso do Brasil é o COAF. A Tabela 1 ilustra as comunicações recebidas por setores econômicos obrigados pelo art. 9º da lei nº 9.613/98, alterada pela lei nº 12.683/2012, de combate à lavagem de dinheiro:

Comunicações Recebidas por Setores Econômicos Obrigados (Art.9º da Lei nº 9.613/98)

2011 a 2014

Órgão Regulador	Setor Econômico	2011	2012	2013	2014	Total	% Util
Operações Atípicas							
BACEN	Sistema Financeiro	37 237	41 819	53 244	57 455	189 755	15,92
CFC	Contador – Serviços de Assessoria, Consultoria, Contadoria, Auditoria, Aconselhamento ou Assistência	-	-	-	105	105	8,57
COFECI	Promoção Imobiliária Compra/Venda Imóveis	3 768	5 473	4 446	3 303	16 990	2,66
COFECON	Assessoria, Consultoria, etc	-	-	-	-	0	0
CVM	Mercado de Valores Mobiliários	1 176	1 139	1 616	2 181	6 112	10,36
DPF	Transporte e Guarda de Valores	17	1 014	723	1 877	3 631	1,05
DREI	Juntas Comerciais	-	-	-	1	1	0
PREVIC	Previdência Complementar	6 076	7 433	7 152	8 975	29 636	0,43
SEAE	Loterias e Sorteios	162 128	195 499	170 789	4 497	532 913	0,59
SUSEP	Mercado Segurador	332 606	467 512	125 451	45 255	970 824	1,33
Total Reguladores Próprios		543 008	719 889	363 421	123 649	1 749 967	-
COAF	Bens de Luxo ou de Alto Valor	-	-	3 589	4 605	8 194	0,77
	Cartões de Crédito	558	14 166	26 368	31 396	72 488	0,73
	Factoring e Securitização de Ativos, Títulos ou Recebíveis Mobiliários	15 026	17 114	32 376	16 890	81 406	6,09
	Jóias, Pedras e Metais Preciosos	28	176	321	453	978	3,23
	Objetos de Arte e Antiguidades	3	19	9	24	55	2,94
	Remessa Alternativa de Recursos	1 069	24 170	61	435	25 735	3,22
	Serviços de Assessoria, Consultoria, Auditoria, Aconselhamento ou Assistência.	-	1	8	15	24	8,33
Total Regulador COAF		16 684	55 646	62 732	53 818	188 880	25,31
Outros Setores Previstos na Lei		-	23	86	19	128	0,78
Operações em Espécie¹							
BACEN	Sistema Financeiro	729 395	811 869	859 994	967 056	3 368 314	7,09
Total Geral		1 289 087	1 587 427	1 286 233	1 144 542	5 307 289	-

Tabela 1 - Comunicação de Operações Suspeitas

Fonte: SISCOAF, 2015.

Pode-se verificar, na Tabela 1, que o Sistema Financeiro - através do órgão regulador BACEN - é o maior emissor de Comunicação de Operação Suspeita (COS), confirmando a premissa de que boa parte das operações financeiras atuais passam pelos bancos, sendo elas lícitas ou não. A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é a segunda maior emissora de comunicações, visto que a área de seguros é suscetível à ocorrência de fraudes. Completando, os maiores emissores de COS são as loterias e sorteios, devido ao fato de ser uma simples e eficiente forma de fraudar o sistema sem que haja grandes dificuldades.

A região sudeste foi escolhida para ser destacada, porque concentra o maior PIB brasileiro e, portanto, a maior concentração de comunicação ao Sistema Financeiro. É possível verificar que o estado de São Paulo (SP) é o maior emitente de COS, seguido pelo Rio de Janeiro (RJ), conforme Tabela 2. Possivelmente, pode existir uma correlação entre o poder econômico de cada estado e o número de comunicações recebidas. Estudos posteriores podem vir a se encarregar de tal questão.

UF	Sudeste			Total
	2012	2013	2014	
ES	24 004	19 156	14 317	57 477
MG	127 228	105 170	92 231	324 629
RJ	157 497	116 369	99 432	373 298
SP	571 944	459 656	427 875	1459 475
Total	880 673	700 351	633 855	2 214 879

Tabela 2 - Comunicações na Região Sudeste

Fonte: SISCOAF, 2015.

Quanto ao perfil das comunicações na região sudeste, verificou-se, também, que São Paulo (SP) apresentou 65,89% das comunicações no triênio, ou seja, um número bastante elevado em relação aos outros estados. A média geral do triênio das COS foi de 738.293 comunicações. Quanto ao Espírito Santo demonstrou um número bem inferior aos demais. Rio de Janeiro e Minas Gerais alcançaram números similares de comunicações.

4.1 Comunicações Recebidas por Região

Após o recebimento das COS, a unidade de inteligência financeira realiza um filtro visando buscar os casos que contenham maior “sensibilidade” de fraude, e em sendo considerados “sensíveis”, convertidos em Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e difundidos para as Polícias Estaduais e Federal, Ministérios Públicos, Controlarias Gerais e

Receita Federal do Brasil.

O Fluxo da Comunicação no Brasil funciona conforme ilustrado na Figura 3. Os órgãos reguladores ou as empresas sem órgão regulador emitem as comunicações de operações suspeitas ao COAF, sendo transformados em casos potencialmente suspeitos. Após a abertura, os dados são submetidos ao gerenciamento do risco. Dando continuidade à cadeia de processo, o sistema do COAF emite o relatório de Inteligência Financeira, que são difundidos aos órgãos de controle.

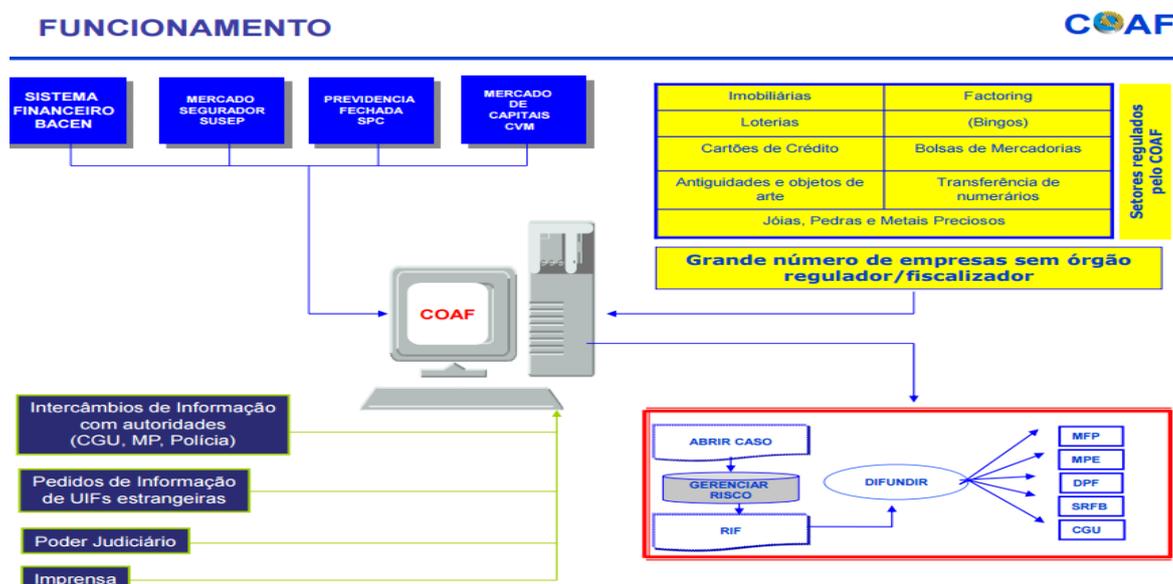


Figura 3 - Fluxo da Comunicação - Funcionamento

Fonte: SISCOAF, 2015

Da mesma forma que ocorrido no número de COS por estado, os fatos se repetem no número de RIFs encaminhados por Unidade da Federação. São Paulo lidera o quantitativo com mais de 50% dos RIFs, seguidos pelo Rio de Janeiro.

UF	Sudeste				Total
	2011	2012	2013	2014	
ES	30	30	31	42	133
MG	147	160	169	287	763
RJ	167	203	207	329	906
SP	415	529	796	904	2 644
Total	759	922	1 203	1 562	4 446

Tabela 3 - Números de RIF encaminhados (Sudeste)

Fonte: SISCOAF, 2015

Verificou-se ainda um aumento do quantitativo da emissão de RIFs ao longo dos anos em todos os estados, sendo que nos maiores receptores o número foi bastante expressivo. No estado de São Paulo, o aumento foi de 117,83% e no Rio de Janeiro foi de 95%. Pode-se concluir, de acordo com os dados, que existem as seguintes possibilidades: ter ocorrido uma melhoria da comunicação empresarial dentro do período analisado; um aumento de transações financeiras ultrapassando os limites e ingressando na criminalidade ou o

crescimento dos controles sobre as transações suspeitas.

Podemos notar ainda que novamente Espírito Santo teve um quantitativo bem abaixo, consequência de ter um número muito baixo de comunicações suspeitas. Entretanto, tal fato não ocorre com Minas Gerais, que tinha um quantitativo de COS similar com o do Rio de Janeiro, mas a quantidade de RIFs produzidos é bem inferior.

4.2 Quantidade de RIF encaminhados por Unidade da Federação

Visando concluir a análise do COAF dentro do processo, segue a Tabela 4, que ilustra o processo no qual o COAF esteve envolvido.

Principais resultados do COAF no período de 2012 - 2014	2012	2013	2014	Total
Comunicações recebidas dos setores obrigados	1 144 542	1 286 233	1 587 427	4 018 202
Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) produzidos	3 178	2 450	2 104	7 732
Comunicações relacionadas nos RIF	105 259	108 962	85 759	299 980
Pessoas relacionadas nos RIF	77 049	52 812	15 772	145 633
Intercâmbio com autoridades nacionais	2 971	3 107	2 421	8 499
Intercâmbio realizados com UIF (Rede de Egmont)	160	170	164	494
Bloqueio de recursos (em R\$ milhões)	484	927,5	61,4	1 473
Averiguações Preliminares concluídas	73	27	16	116
Cadastramento de pessoas reguladas	1 748	2 685	771	5 204
Processo Administrativo Punitivo instaurados	45	9	6	60
Processo Administrativo Punitivo julgados	12	10	18	40
Advertências aplicadas	21	17	18	56
Multas aplicadas (em R\$ mil)	211,1	624,4	453,2	1 289

Tabela 4 - Resultados do Processo da Comunicação Empresarial

Fonte: SISCOAF, 2015.

Pode-se verificar, na Tabela 4, que o número de comunicações empresariais emitidas pelos setores obrigados está em constante ascensão. Isso significa que os setores obrigados a emitirem as comunicações suspeitas estão seguindo as normas e a lei de combate à lavagem de dinheiro e as normas e informando os casos suspeitos ao COAF, crescendo assim, anualmente, a transmissão da informação. Tal fato provavelmente ocorre devido ao combate à lavagem de dinheiro e a sua respectiva lei serem uma questão recente no Brasil, visto que essa lei foi promulgada em 1998, e alterada em 2012, para maior efetividade. Sendo assim, os órgãos de fiscalização e controle ainda estão se adaptando a tais solicitações.

No caso da emissão dos RIFs ao MPRJ, o documento de comunicação de acordo com o art. 13, Resolução GPGJ, nº 1.636/11, cabe a CSI/DLAB orientar e prestar apoio as questões de inteligência financeira, o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O estudo de caso proposto, inicialmente, obteve informações preciosas sobre o fluxo das informações desde as entidades que, inicialmente, tiveram o contato com as transações financeiras com duvidosas licitudes até chegar a CSI/DLAB do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, onde os dados obtidos serão tratados e ampliados, agregando valor e tornando-se um produto novo, podendo disparar o alerta vermelho para vínculos e transações potencialmente fraudulentas através das análises de inteligência financeira decorrentes de comunicações recebidas pelo COAF, previstos nos termos previstos do artigo 15 da lei nº 9.613/98.

Vale ressaltar que o conteúdo do RIF é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei complementar 105/2001.

SIGILOS							
O conteúdo deste Relatório de Inteligência Financeira é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, ficando o destinatário responsável pela sua preservação.							
Relatório de Inteligência Financeira n.º [REDACTED]						Data [REDACTED]	
Difusão: [REDACTED]				Via Destinada a (eo): [REDACTED]			
Resumo das Operações Financeiras de que trata a Lei 9.613/98							R\$ Milhões
Relacionados	Qtde	COE*			COS**		Outras***
		Crédito	Débito	Provisionamento	Crédito	Débito	
Pessoa Física	68	14,98	22,12	0,23	20,17	18,30	306,14
Pessoa Jurídica	29						
Total	97			381,94			
*Comunicações de Operações em Espécie **Comunicações de Operações Suspeitas; ***Comunicações dos demais segmentos e COS, do Sistema Financeiro, recebidas até 14/09/2009.							
Relato							

Figura 4 - Relatório de Inteligência Financeira - cabeçalho

Fonte: COAF,2015.

Segue na Figura 5, exemplo de cabeçalho de RIF, no qual consta o número do relatório para o devido controle, data de emissão, órgão que difundiu e quem foi o órgão que recebeu o relatório, além do resumo das operações suspeitadas informadas na COS.

1 - FULANO DE TAL (EXEMPLO)					
1.1					
Relacionados			CPF/CNPJ	Tipo do Envolvimento	
FULANO DE TAL (EXEMPLO)			000.000.000-00	Titular	
Comunicante	Local	Agência - Código	Conta	Data	Valor em R\$
Banco ABCXYZ	RIO DE JANEIRO-RJ	AGENCIA ABCXYZ - 1234	00000	16/08/2012	120.000,00
Informações Adicionais: No período de 16/08/2012 a 16/08/2012, identificamos que a conta apresentou 2 transação(ões) de forma fracionada, totalizando R\$ 120000, configurando tentativa de burla aos controles estabelecidos pela Carta Circular 3461, de 24/07/2009. No período de 16/08/2012 a 16/08/2012, identificamos que a conta apresentou 2 transação(ões) de forma fracionada, totalizando R\$ 120000, configurando tentativa de burla aos controles estabelecidos pela Carta Circular 3461, de 24/07/2009.					
Ocorrências: IV-I) realização de operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos beneficiários finais; Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º					

Figura 5 - Relatório de Inteligência Financeira - continuação

Fonte: COAF,2015

No corpo do RIF encontram-se, ainda, os envolvidos nas operações financeiras suspeitas, os tipos de pessoas envolvidas na operação suspeita e o órgão que comunicou a operação.

Após o encaminhamento do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), ele é designado à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção (CSI/DLAB), por força da Portaria CSI nº 02/2012, art. 2º, que dispõe sobre a forma de tratamento dos RIFs recebidos pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência e determina à DLAB, dentre outros, a elaboração de Informação Complementar contendo pesquisas aos bancos de dados conveniados, bem como a análise de vínculos entre as pessoas e informações contidas no RIF.

Com o intuito de embasar as afirmações dos fatos que compõem o RIF serão examinados todos os dados coletados nos bancos de pesquisas disponíveis pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e em cotejo com as informações encaminhadas pelo COAF, relativamente às transações financeiras realizadas pelas pessoas arroladas no RIF em questão. Essas ações buscam captar informações que tornem mais consistentes os dados já constantes do RIF, tais como a relação intersubjetiva entre os envolvidos, bem como eventuais relações contratuais dos sócios elencados entre si e com a Administração Pública e Elaboração de Informação Complementar, descrevendo-se, de forma sintética, as principais informações analisadas e produzidas pela CSI/DLAB.

Vale ressaltar que o RIF, bem como as Informações Complementares elaboradas pela CSI/DLAB, não poderão ser incluídos em inquérito, procedimento investigativo ou processo judicial, por se tratar de documentos protegidos por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei Complementar 105/2001.

Caso haja a necessidade de anexá-los ao inquérito, procedimento investigativo ou processo judicial, o órgão de execução com atribuição deve representar pela devida autorização judicial. A Tabela 5 traz o quantitativo dos relatórios recebidos e convertidos em informação complementar.

RIF - MPRJ	2012	2013	2014	Total
Recebidos	46	73	106	225
Informação Complementar	13	110	91	214

Tabela 5 - RIF recebidos pelo MPRJ

Fonte: CSI/DLAB- MPRJ, 2015

Com relação direta ao número de emissão de RIFs, já evidenciados no Quadro 2, o MPRJ vem recebendo os relatórios de maneira crescente. Tal fato é reflexo do maior número de emissões já demonstrado no quadro 3, pois o aumento de COS consequentemente afeta o número de RIFs emitidos. Os RIFs recebidos são encaminhados para um analista para que realize uma varredura com outros bancos de dados, para que ocorra um relatório de informação complementar.

Com a posse dos relatórios de inteligência financeira, o MPRJ analisa os dados, juntamente com outras fontes de dados, a CSI/DLAB emite um relatório de informação complementar visando subsidiar a detecção de fraudes. Esse relatório é de suma importância, pois através dele realizam-se investigações e medidas, tanto punitivas e preventivas aos crimes financeiros.

Após todo o demonstrativo do processo de comunicação empresarial, conclui-se que o sistema da comunicação empresarial auxiliando o combate à lavagem de dinheiro é bastante extenso e envolve diversas entidades. A análise dos dados evidencia um aumento da comunicação entre os envolvidos e, conseqüentemente, o aumento de ações das polícias e ministério público no combate ao ilícito da lavagem de dinheiro. Tais fatos possivelmente têm relação direta com o número de escândalos financeiros que vem aumentando no país ao longo dos anos. Futuras pesquisas podem verificar a relação entre tais questões.

Sendo assim, foi demonstrado um dos mecanismos de controle do combate a fraude da lavagem de dinheiro, buscando evidenciar que através da comunicação de setores estratégicos, no qual são realizadas transações financeiras, os órgãos de controle podem evidenciar transações atípicas e suspeitas, que merecem ser analisadas mais a fundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo evidenciar como a comunicação empresarial permite e auxilia ao Ministério Público identificar indícios ou suspeitas no processo da prática da fraude da lavagem de dinheiro. Os dados coletados indicam como o processo da comunicação empresarial ocorre e descreve a análise realizada pelo órgão de combate à lavagem de dinheiro é realizado e foi demonstrado com caso prático. Inicialmente, elaborou-se uma revisão de literatura brasileira e estrangeira informando os itens necessários relacionados ao tema em questão.

No referencial teórico, foi abordado o entendimento de autores sobre a contextualização do tema de lavagem de dinheiro e comunicação empresarial. Dando sequência ao estudo bibliográfico foram analisadas as técnicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, além da comunicação empresarial no combate a tal fraude.

Para alcançar o objetivo desse artigo foi descrito um estudo de caso qualitativo, onde se adotou a metodologia de trabalho da CSI/DLAB para evidenciar a ocorrência de um tipo de fraude e seu devido combate por um órgão autorizado para tal prática. Assim, buscou-se demonstrar a importância do processo da comunicação empresarial que se inicia com as empresas que, através dos seus órgãos de controle, emitem uma comunicação de operação suspeita à unidade de inteligência, no caso do Brasil, o COAF. Esse órgão filtra as comunicações por ordem de prioridade e risco, emitindo um relatório de inteligência financeira para os órgãos de combate à lavagem de dinheiro. Na sequência, os casos suspeitos são analisados e agregados a uma maior quantidade de dados, gerando um relatório de informação complementar. No contexto final serão adotadas medidas cabíveis

para cada situação.

Os dados dos RIFs da região sudeste mostram que houve um aumento de operações suspeitas ao longo do período analisado dos anos de 2011 a 2014. No estado de São Paulo, o aumento foi de 117,83% e no Rio de Janeiro, de 95%, podendo-se inferir que o aumento dos casos pode ter ocorrido por melhoria da comunicação empresarial dentro do período analisado; ou um aumento de transações financeiras suspeitas ultrapassando os limites e ingressando na criminalidade ou o crescimento dos controles sobre as transações suspeitas ou ainda todas essas alternativas agrupadas.

Sendo assim, foi demonstrado um dos mecanismos de controle do combate a fraude da lavagem de dinheiro, buscando evidenciar que através da comunicação de setores estratégicos, no qual são realizadas transações financeiras, os órgãos de controle podem evidenciar transações atípicas e suspeitas, que merecem ser analisadas mais a fundo.

É importante ressaltar que os governos nacionais e internacionais adotam diversas medidas para combater a criminalidade organizada, sobretudo contra os ilícitos de fraude de lavagem de dinheiro, adotando e implementando a prevenção e o combate desses crimes financeiros, uma vez que a prática dos mesmos tem impactado de forma criminosa a economia do país.

Futuras pesquisas poderiam se encarregar de verificar a possibilidade de otimizar as ferramentas de combate à criminalidade, a fim de eliminar ou pelo menos minimizar um problema tão complexo e espúrio como a lavagem de dinheiro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AMPERJ (Rio de Janeiro) (Comp.). **Resolução GPGJ nº 1.709, de 29 de dezembro de 2011**. 2011. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/mp/resolucoes2011.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BARROS, Marco Antonio et al. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**. 2007.

BRASIL, Constituição. **Constituição da república Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Decreto 154, de 26 de junho de 1991**. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0154.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 9.613, de 05 de março de 1998**. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/.../Dec300099.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 12.683, de 09 de julho de 2012**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BUENO, Wilson C. A transparência na comunicação empresarial. **Comunicação empresarial online**. Disponível em <http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo7.php>. Acesso em, v. 5, 2011.

BUENO, Wilson da Costa. **A Comunicação Empresarial Estratégica**: definindo os contornos de um conceito. Conexão-Comunicação e Cultura, v. 4, n. 07, 2010.

- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: teoria e pesquisa**. Manole, 2003.
- CASTELLAR, João Carlos. **Lavagem de dinheiro: a questão do bem jurídico**. Editora Revan, 2004.
- CARDOSO, Onésimo de Oliveira. **Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos**. RAP Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123-44, 2006. Chiavenato, Idalberto (2005). Administração de Vendas: uma abordagem introdutória. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras-COAF. **Lavagem de Dinheiro**. Disponível em: <<https://www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/sobre-lavagem-de-dinheiro-1>>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- DE CARLI, Carla Veríssimo. **Lavagem de dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso**. 2012.
- FINANCIAL ACTION TASK FORCE/GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA-FATF/GAFI. **Money Laundering**. Disponível em: <<http://www.fatf-gafi.org/pages/faq/moneylaundering/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- FERREIRA, Aurélio BH. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. 1988.
- JUNG, Luiz Willibaldo. **Lavagem de dinheiro e a responsabilidade do contador**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 6, n. 17, p. 39-54, 2007.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. Summus editorial, 2003.
- MANSILHA, Sergio. **Comunicação Corporativa: Textos Básicos**. Sergio Mansilha, 2012.
- MINK, Gisele F. Cardoso. **Lavagem de dinheiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- PIMENTEL NETO, JULWAIY QUARESMA CARDOSO 2013. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- PINTO, Edson. **Lavagem de capitais paraísos e paraísos fiscais**. 2007.
- TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação empresarial. Atlas, 2009.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. Convención de **Las Naciones Unidas Contra El Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas**. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/convention_1988_es.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Money-Laundering and Globalization**., Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/money-laundering/globalization.html>> Acesso em: 11 nov. 2015.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 1994.

SOBRE OS AUTORES

Alexandra da Silva Vieira Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Maurício de Nassau; Pós-Graduação em Auditoria Contábil Fiscal pela Faculdade de Maceió (FAMA); Pós-Graduação em Direito e Processo Tributário pela Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); E-mail para contato: vieiraalexandr@gmail.com.

Alexia Mafalda Ramos Martins Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Ana Cristina de Oliveira Lott Professora e coordenadora adjunta do curso de Administração da Associação Carioca de Ensino Superior (UNICARIOCA); Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Graduação Tecnológica em Gestão de Eventos pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR); MBA em Elaboração, Avaliação e Gerenciamento de Projetos pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC); Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); Grupo de pesquisa: Laboratório de aprendizagem, docência e gestão universitária; Grupo de pesquisa: Processo de difusão de inovação nos ambientes das escolas de ensino superior brasileiras; E-mail para contato: anacristinalott@hotmail.com

Andréa Paula Osório Duque Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá ; Graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro ;

Aucione Aparecida Barros Guimarães Professor da Rede de Ensino Doctum; E-mail para contato: aucioneguimaraes@hotmail.com

Audrey Regina Leite Esperidião Torres Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2004). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Estadual da Paraíba- PGPCI/UFPB. Especialista em Direito Processual Penal. Atuou como advogada na área cível, durante o período de 02 (dois) anos. Atualmente, é analista jurídica ministerial do Ministério Público da Paraíba, ocupando desde de setembro de 2013, o cargo de Chefe de Departamento de Processos e Pareceres. Possui experiência na área jurídica, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Processual. São temas de estudo do seu interesse: Gestão governamental e ferramentas de governo eletrônico; as instituições públicas e a análise da transparência; a análise de técnicas de gestão pública e seus métodos inovadores na prestação dos serviços públicos

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional na UNISC; e-mail: bwbatuba@santoangelo.uri.br

Caio Peixoto Chain Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro; Mestrado e Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras; caiochain@hotmail.com

Carlos Augusto Da Silva Neto Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Aveiro - Portugal; E-mail para contato: carlosaugusto0608@gmail.com

Carlos Vicente Berner Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Unicesumar; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade FECAP; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; E-mail para contato: carlosvberner@hotmail.com

César Augusto Tibúrcio Silva Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília (1983) e em contabilidade pela Unieuro (2006). É mestre em Administração pela Universidade de Brasília (1988) e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1996). Professor titular da Universidade de Brasília, atuando no mestrado e doutorado de Contabilidade (PPGCONT), sendo seu coordenador. Foi diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da UnB. Foi decano de Planejamento e Orçamento da Universidade de Brasília entre 2014 e 2016. Possui livros, artigos e trabalhos em congressos nos seguintes temas: mensuração contábil, finanças de empresas, demonstrações contábeis, avaliação de empresas e custos no setor público.

Cleysson Ricardo Jordão Braga Dias Professor da Faculdade do Belo Jardim; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrando em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (PADR/UFRPE) [*Previsão de término para julho de 2018*]; E-mail para contato: cleyssonricardo@hotmail.com.

Deigla Kreuzberg Mestranda do Programa Pós Graduação Gestão Estratégica das Organizações na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. e-mail: deiglakreuz@yahoo.com.br

Evellyn Danielly Zabotti Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Possui MBA em Recursos Humanos pela União Educacional de Cascavel - UNIVEL e graduação em Ciências Contábeis pela UNIOESTE (2010). Atualmente é gerente administrativa financeira da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CASCAVEL E REGIÃO - SICOOB e Consultora em Gestão Empresarial.

Fábio de Oliveira Paula Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio. Professor auxiliar do IAG – PUC Rio

Fernando José Vieira Torres Professor da Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, membro do Grupo de Estudos em Finanças e Contabilidade (GEFIC - UFS), possui Especialização em Finanças Corporativas (2005/2006) e Graduação em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). Autor de vários artigos acadêmicos, pesquisador premiado nacionalmente (IBGC - 2008).

Flávia Gregório Lindgren Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2015; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Guilherme Teixeira Portugal Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutorado em Engenharia pela Universidade Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Idalberto José das Neves Júnior Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Graduações em Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Especialista em Didática e Metodologia pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Análise de Sistemas pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Administração Contábil e Financeira pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Membro dos Grupos de Pesquisas “Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos (CEEDE)” e “A contribuição do pensamento ecossistêmico no exercício da docência na educação superior”; Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Gerente de Divisão da Diretoria de Controladoria do Banco do Brasil; E-mail: jneves@ucb.br.

Ilka Gislayne de Melo Souza Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNB. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Pós graduada em PLanejamento Tributário (2011) pela mesma instituição. Possui graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Faculdade do Vale do Ipojuca (2009). E funcionária pública da Prefeitura Municipal de Belo Jardim. Atualmente é professora da Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP DEVRY) e Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Jailza Mendes Da Costa Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba(2014)

Jéssica Santos de Paula Graduação em Ciências Atuariais e em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestranda em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; santosdepaula.jessica@gmail.com

João Paulo Calembó Batista Menezes Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Graduação em Ciências Contábeis e Administração pela PUC Minas; Especialista em Finanças – IBMEC (MG); Mestre em contabilidade, fiscalidade e finanças – ISEG (Ulisboa); Doutorando em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; joao.calembob@ufvjm.edu.br

Jonathas Coelho Queiroz da Silva Graduação em 2007 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em 2015 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: ECFT - Estudos em Contabilidade Financeira e Tributária. E-mail para contato: jonathasqueiroz@id.uff.br

Jorge Eduardo Scarpin Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná – UFPR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da UFPR; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo – USP; Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

José Roberto de Souza Francisco Professor Efetivo da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG; Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Newton Paiva; Mestrado Profissional em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD; Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Joséte Florencio Dos Santos Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e Coordenação do Mestrado Profissional em Administração. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983) e em Administração (1995) pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (1998) e Doutor em Administração pela COPPEAD/ UFRJ (2005). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo.

Josimar Pires da Silva Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade São Francisco de Assis FASFA; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília - UnB ; Grupos de Pesquisa: Normalização Contábil e Qualidade da Informação das Empresas Brasileiras

Kliver Lamarthine Alves Confessor É doutorando e mestre em Administração pelo Programa de Pós de Graduação em Administração da UFPE - PROPAD, com ênfase na linha de Finanças. Possui especialização de Gerenciamento de Projetos. Formado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Durante o ano de 2010 foi aluno especial no Programa de Pós Graduação de Engenharia de Produção na Universidade Federal da Paraíba - PPGEP/UFPB onde iniciou e atuou os estudos em custos. Atuou como professor da Faculdade Mauricio de Nassau em Campina Grande e Orientador de Aprendizagem no Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial em Campina Grande (SENAC/PB). Foi Gerente Comercial na SOLARIS Concursos e Gerente Administrativo na TELNET TELECOM & TI. Foi professor substituto na Universidade Estadual da Paraíba e atualmente leciona disciplinas e orienta trabalhos de conclusão de curso nos níveis de graduação e pós-graduação. Tem interesse nas áreas de Finanças de Curto Prazo, Avaliação de Empresas, Investimentos, Gestão de Custos, Gestão da Produção e Gestão de Projetos.

Larissa Brutes Graduada em Ciências Contábeis - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI. Pós Graduada em Direito Tributário – Faculdade Unyleya. e-mail: laribrutes@gmail.com

Lucas Pereira Silveira Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; E-mail para contato: lucas.ctga.silveira@gmail.com

Luiz Sebastião dos Santos Júnior Professor da Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: luizssjr@hotmail.com.

Marcela Rebecca Pereira Professora da Faculdade Maurício de Nassau / Cabo; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus do Agreste; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); E-mail para contato: marcelarebecca@hotmail.com.

Márcia Maria Silva de Lima Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação /em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pós-Graduação em Direito Tributário pela Faculdade de Alagoas (FAL); Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); E-mail para contato: marciamslima@hotmail.com.

Mariana Camilla Coelho Silva Castro Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – UFV; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Mariana Pereira Bonfim Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Pólo de Volta Redonda; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Arconte - Análise de risco e controladoria estratégica Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Contábeis - Controladoria e Contabilidade Gerencial; Gecontec – Grupo de Estudos e Educação Contábil; E-mail para contato: marianabonfim@id.uff.br

Mivaldo Cavalcante Gomes de Almeida Neto Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

Naiara Leite dos Santos Sant' Ana Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação

em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de São João Del Rei; Mestrado em Administração – Linha Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Lavras; Doutorado em Administração – Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis (NEGEC/UFMG) e, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Consultoria em Finanças e Contabilidade (NUFI/UFMG); naiara.leite@uff.edu.br

Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutora em Ciências Contábeis e Administração. e-mail: neusalla@santoangelo.uri.br

Paula Porto de Pontes Valentim Doutorado em Administração de Empresas pelo IAG PUC-Rio. Mestre pelo COPPEAD – UFRJ

Rafael Martins Noriller Professor da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD; Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS; Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília – UnB; Grupos de Pesquisa: Retorno Acionário e Variáveis Macroeconômicas

Renata Céli Moreira da Silva Paula Professora da Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduação em Administração pela IBMEC-Rio. Mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio. Doutorado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio

Roberto Miranda Pimentel Fully Professor da Rede de Ensino Doctum; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Rede de Ensino Doctum; Graduação em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Caratinga; Mestrado em Ciências Contábeis pela Fucape; E-mail para contato: rfully@gmail.com

Rodrigo Dilen Louzada Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; E-mail para contato: rodrigo.dlouzada@gmail.com

Rosane Maria Seibert Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI; Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis na UNISINOS; e-mail: rseibert@santoangelo.uri.br

Sabrina Amélia de Lima e Silva Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutorado em Administração - Linha Finanças pela Universidade Federal de Minas Gerais; silva.saamelia@gmail.com

Silvana Anita Walter Professora Curso de Administração e do Mestrado Profissional em Administração e Mestrado Acadêmico em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Foi professora dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) - Curso de Mestrado em Administração - e Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração (PPGCC) - Curso de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau

(FURB), Blumenau (SC) no período de 2010 a 2013. Doutora em Administração pela PUCPR ? Curitiba. Mestra em Administração: Gestão Moderna de Negócios, pela FURB ? Blumenau (SC). Especialista e Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Atua na linha de pesquisa de Estratégia e Sustentabilidade (UNIOESTE). Professora e Coordenadora no Curso de Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Leciona disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Metodologia da Pesquisa Qualitativa e Estratégias Organizacionais. Estuda preferencialmente o Ensino e a Pesquisa em Administração e Contabilidade (teorias, metodologias e pesquisa), além de Strategy as Practice aliada a Teoria Institucional. Desenvolve pesquisas utilizando tanto métodos quantitativos (regressão equações estruturais e outras técnicas multivariadas) e de análise de redes sociais, como qualitativos com apoio de software (ATLAS ti). Na área de Ensino e Pesquisa . Foi Líder do Tema de Formação do Professor e do Pesquisador (Período de 2011/2012) e Líder do Tema 2 - Estratégias e Métodos de Pesquisa Quantitativos e Qualitativos (Período de 2013 a 2017) da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) , tendo recebido prêmios na Área de Educação e Pesquisa. Avaliadora de eventos e periódicos científicos. Autora de diversos artigos publicados em periódicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos. Foi Bolsista Produtividade CNPq Nível 2 no período de 2013/2015 e coordenadora de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com

Thiago Mello Affonso de Andrade Graduado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IAG/PUC-Rio.

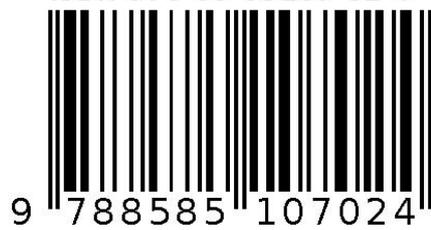
Veronica Silva Ricardo Professor da Faculdade do Futuro; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo; Grupo de pesquisa: Relação entre vantagem competitiva e métricas das demonstrações contábeis; E-mail para contato: veronica.ricardo@hotmail.com.

Vinícius Mothé Maia Doutor em administração pelo IAG PUC-Rio; Professor da FACC-UFRJ

Wagner Ferreira da Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (UNIP); Especialista em Perícia Judicial e Práticas Atuariais pelo ITCP Cursos & Pós-Graduação; Graduando em Direito pela Fundação Educacional de Oliveira; E-mail: contato@wagnerfsilva.com.br.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-02-4



9 788585 107024